



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO RONALDO MEDEIROS

Projeto de Lei nº ____/2023

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 3107/2023
Data: 08/11/2023 - Horário: 14:26
Legislativo

**DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE
DE INSTALAÇÃO PELAS EMPRESAS
FORNECEDORAS OU
INTERMEDIADORAS DE SERVIÇOS DE
ENTREGAS (DELIVERY) E DE
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR
APLICATIVOS E PLATAFORMAS
DIGITAIS, DE PONTOS DE APOIO PARA
ENTREGADORES E CONDUTORES DE
VEÍCULOS.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS DECRETA:

Art. 1º - As empresas que operem no âmbito do Estado de Alagoas, fornecendo ou intermediando serviços de entregas (delivery) de alimentos e mercadorias, e de transporte de passageiros, através de aplicativos e plataformas digitais, deverão disponibilizar aos seus entregadores e condutores de veículos ao menos 1 (um) local, por município, que sirva como ponto de apoio, o qual deverá conter:

I – sanitário masculino e feminino;

II – chuveiros individuais e vestiários;

III – sala para apoio e descanso, com acesso à internet sem fio e pontos para recarga de celulares (gratuitos);

IV – espaço para refeição; e

V – estacionamento e bicicletário.

Parágrafo único. Deverá ser disponibilizado, proporcionalmente ao quantitativo populacional do município, ponto adicional de apoio para cada 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes, com a mesma infraestrutura assegurada no caput.

Art. 2º - A construção, manutenção e funcionamento dos pontos de apoio deverão ser garantidos pelas empresas fornecedoras ou intermediadoras, sem cobrança aos entregadores e condutores de veículos de qualquer taxa, contribuição ou montante adicional.



Art. 3º - O não atendimento ao que determina esta Lei sujeitará a empresa infratora às seguintes sanções administrativas:

I – advertência, quando da primeira autuação de infração, assegurando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para sanar a irregularidade; e

II – multa e suspensão da operação, a partir da segunda autuação de infração, até o oferecimento e pleno funcionamento dos pontos de apoio.

§ 1º A multa de que trata o inciso II do caput será fixada entre R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e R\$ 100.000,00 (cem mil reais), considerando o porte da empresa e as circunstâncias da infração, e o seu não pagamento integral ao órgão responsável sujeitará a empresa infratora à inscrição em Dívida Ativa Estadual.

§ 2º Os valores limites de fixação da penalidade de multa prevista neste artigo serão atualizados, anualmente, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou índice previsto em legislação federal que venha a substituí-lo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 01 de novembro de 2023.


RONALDO MEDEIROS
Deputado Estadual



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO RONALDO MEDEIROS

Justificativa

O presente projeto de lei busca assegurar condições mais dignas de trabalho para esses profissionais, oferecendo locais adequados para descanso, alimentação e higiene. Isso não apenas impacta positivamente na saúde e no bem-estar dos trabalhadores, mas também reflete em sua produtividade e segurança.

A presença desses locais de suporte também tem o potencial de melhorar a qualidade dos serviços prestados. Trabalhadores descansados e com suporte adequado têm menor probabilidade de cometer erros, o que influencia positivamente na segurança viária e na experiência dos usuários.

Além disso, a instalação de pontos de apoio contribui para a minimização do impacto ambiental e do congestionamento urbano. A existência de locais adequados para descanso pode reduzir a circulação desnecessária de veículos, impactando positivamente a fluidez do trânsito.

Finalmente, a criação desses pontos de apoio não apenas visa atender às necessidades práticas dos trabalhadores, mas também promover um senso de comunidade entre eles, incentivando interações sociais positivas, troca de experiências e apoio mútuo.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

Diante do exposto, roga-se aos pares desta Casa Legislativa pela aprovação da presente proposta para garantir um futuro mais seguro e promissor para esses profissionais e para a sociedade como um todo.

É a proposição.


RONALDO MEDEIROS
Deputado Estadual